

CARTOGRAFIA DAS SEMENTES CRIOULAS NOS ASSENTAMENTOS MATO GROSSENSES DA REFORMA AGRÁRIA NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL –BOLÍVIA¹

Éder Jardel da Silva Dutra².

Bruno de Souza Lima.³

Arruda, Renato Fonseca⁴

Resumo: O trabalho evoca as práticas agrícolas sustentáveis, na região de fronteira Brasil Bolívia. Pretende-se cartografar as sementes crioulas e disponibilizar um amplo estudo das variedades, produtores/ guardiões desse saber milenar inserindo a geografia no contexto de uma região fronteiriça com um estudo significativo. Ao cartografar as sementes crioulas, na área compreendida entre os municípios da faixa de fronteira, lindeiros a Cáceres, permite-se o mapeamento das variedades genéticas, a localização desses guardiões e a geração de subsídios para a assertividade das políticas públicas, que tenham como premissa assessorar o poder público no objetivo precípuo de garantir a soberania alimentar em uma região, marcada pelas carências e dificuldades de acesso a cidadania básica. Ainda, a pesquisa pretende contribuir com a consolidação da linha de pesquisa desenvolvimento territorial do Programa em Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat).

Palavras-chave: Sementes crioulas; Faixa de fronteira; Agricultura familiar; Mato Grosso

CARTOGRAFÍA DE LAS SEMILLAS CRIOLLAS EN LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA DE MATO GROSSO EN LA FRONTERA BRASIL –BOLÍVIA

El trabajo evoca las prácticas agrícolas sostenibles en la región fronteriza entre Brasil y Bolivia. Se pretende cartografiar las semillas criollas y poner a disposición un amplio estudio de las variedades, productores/guardianes de este saber milenario, insertando la geografía en el contexto de una región fronteriza mediante un estudio significativo. Al cartografiar las semillas criollas en el área comprendida entre los municipios de la franja fronteriza, límites a Cáceres, se permite el mapeo de las variedades genéticas, la localización de dichos guardianes y la generación de insumos para la efectividad de las políticas públicas, que tengan como premisa asesorar al poder público en el objetivo primordial de garantizar la soberanía alimentaria en una región marcada por las carencias y dificultades de acceso a la ciudadanía básica. Además, la investigación pretende contribuir a la consolidación de la línea de investigación desarrollo territorial del Programa de Posgrado en Geografía (PPGeo) de la Universidad del Estado de Mato Grosso (Unemat).

Palabras clave: Semillas criollas; franja fronteriza; Agricultura familiar; Mato Grosso.

¹ Este trabalho, faz parte do projeto de Pesquisa inicial associado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Mato Grosso.

² Professor contratado da Unemat Jardel.dutra@unemat.br.

³ Professor Visitante do Programa de Pós Graduação em Geografia PPGeo, Unemat. bruno.souza.lima@unemat.br.

⁴ Professor Visitante do Programa de Pós- Graduação em Geografia, PPGeo, Unemat. renato.fonseca@unemat.br.

Introdução (objetivos e justificativa)

As sementes crioulas, ou seja, variedades locais de sementes desenvolvidas e conservadas por agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, são patrimônio genético e cultural que garantem a soberania e segurança alimentar para as populações do campo e das cidades. Essas sementes são adaptadas ao longo de gerações a diferentes ambientes e práticas socioculturais, conservando alta variabilidade genética, resistência a pragas e independência em relação a insumos industriais. No Brasil, sua valorização teve início com destaque a partir da década de 1990, com fomento sobretudo na região Sul, onde passaram a ser chamadas de “sementes da resistência”. A experiência do município de Anchieta (SC), em 1996, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da prefeitura e de Organizações não Governamentais (ONGs,) tornou-se referência no esforço de resgate e multiplicação dessas variedades, inicialmente com foco no milho crioulo (Grígolo, 2016). Desde então, consolidaram-se Brasil afora feiras, redes de guardiões e associações como a de Ibarama (RS), que ampliaram as trocas de saberes e a autonomia camponesa (Aquini, 2015).

No estado de Mato Grosso, quando se enfoca-se a faixa de fronteira com a Bolívia, as sementes crioulas estão presentes em diferentes comunidades como expressão da resistência cultural e territorial em um contexto de resiliência contra hegemônica ao modelo e avanço do agronegócio. A região da faixa de fronteira com a Bolívia como destaca (Brasil 2024): “é composta por 28 municípios localizados numa área de abrangência de até 150 km do limite internacional” e abriga uma vasta diversidade cultural e ambiental, com a presença de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, morroquianas, ribeirinhas, pantaneiras, assentados, entre outros.)

Ao observar-se os assentamentos, há nessa região 115 distribuídos em 24 dos 28 municípios, a exemplo de Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé, Porto Estrela e Nossa Senhora do Livramento, aos quais tem se tornado pólos na proteção de patrimônios genéticos locais associados às sementes crioulas. No entanto, a crescente produção de soja e milho transgênico ou alterados geneticamente nas áreas de fronteira têm gerado uma pressão política e um sufocamento econômico sobre as diversas comunidades dos assentamentos. Isso tem levado à substituição de cultivares locais por híbridos comerciais, apagando os saberes tradicionais e colocando em risco a agrobiodiversidade da região (Brasil/Sudeco, 2024).

A intenção nesse estudo, é mapear as práticas e a presença de guardiões, feiras e bancos comunitários, além de suas relações com os aspectos socioambientais, territoriais e institucionais que estão ligados à conservação da agrobiodiversidade e ao patrimônio genético das comunidades tradicionais. Isso poderá contribuir para a valorização dos saberes locais e a criação de estratégias de conservação da agrobiodiversidade em contextos de fronteira, integrando experiências comunitárias, redes agroecológicas e iniciativas públicas como elementos essenciais na construção de políticas territoriais sustentáveis.

Metodologia

A pesquisa utilizará o ângulo qualitativo de análise, sem desconsiderar as possibilidades oferecidas pela abordagem quantitativa, como a análise bibliométrica, especialmente para verificar o estado da arte e os estudos desenvolvidos sobre as sementes crioulas. Guimarães et al. (2021, p. 6), com base em Pimenta et al. (2017) e Merigó et al. (2018), ao discorrerem sobre a análise bibliométrica, asseveram que “é uma área de pesquisa da ciência da informação que, por meio de uma abordagem quantitativa, analisa dados bibliográficos como ano de publicação, atuação de países, periódicos, autores, dentre outros”. Retomando o ângulo qualitativo de análise, Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), por exemplo, pontuam que: “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Isto põe em evidência, como destaca Rudio (2007), que

[...] a pesquisa científica não está interessada em estudar indivíduos isolados ou casos particulares. Seu objetivo é, antes, estabelecer generalizações, a partir de observações em grupos ou conjunto de indivíduos chamados de “população” ou “universo” [...] (Rudio, 2007, p. 60).

Autores como Deslauriers e Kérisit (2008, p. 131) mensuram que o objeto da pesquisa qualitativa é: “[...] a ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa; de onde a importância da linguagem e das conceituações que devem dar conta do objeto vivido, como do objeto analisado”. Uma vez localizadas estas propriedades e estabelecido o devido georreferenciamento, será a vez de aplicar as entrevistas com os produtores guardiões das sementes crioulas. Em relação à entrevista, Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 168), asseveram: “Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser

investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade”.

Alves, Mazzoti e Gevandsznajder (1999) complementam, dizendo que:

A entrevista pode ser a principal técnica de coleta de dados [...]. As entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa (Alves, Mazzoti e Gevandsznajder, 1999, p.168).

Subsidiariamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana. Marconi e Lakatos (1990, p. 91) salientam que as perguntas abertas “chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”. Ao propor-se o mapeamento efetivo das propriedades onde residem os guardiões das sementes crioulas nos municípios de Cáceres, Poconé, Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Comodoro colabora-se a fim de evidenciar os princípios da sustentabilidade ambiental em uma área de extrema sensibilidade social, econômica e ambiental.

Gliessman (2002, p.12-13), aponta alguns aspectos de forma que: “La palabra sostenibilidad tiene diferentes significados para diferentes personas; sin embargo, hay consenso en que tiene una base ecológica” [...]. E complementa, dizendo que (2002, p. 12-13):

La agroecología provee el conocimiento y metodología necesarios para desarrollar una agricultura que sea, por un lado ambientalmente adecuado y por otro lado altamente productiva y económicamente viable. Esta establece condiciones para el desarrollo de nuevos paradigmas en agricultura, en parte porque prácticamente elimina la distinción entre la generación de conocimiento y su aplicación. También valoriza el conocimiento local empírico de los agricultores, el compartir este conocimiento y su aplicación al objetivo común de sostenibilidad (Gliessman, 2002, p. 12-13).

Ao trazer a relevância das sementes crioulas, almeja-se que estes agricultores tenham reafirmado seu vínculo com a terra, de forma que possam circunscrever-se no âmbito de uma agricultura que produza alimentos, mas, principalmente, uma relação homem-meio que observe os princípios da sustentabilidade. A proposta pretende subsidiar os órgãos governamentais no sentido de fomentar as políticas públicas e fornecer arcabouço teórico-prático para a efetiva intervenção das esferas de governo. Nota-se, portanto, a ausência de um mapeamento efetivo de quem são e onde estão estes guardiões. Isso dificulta a aplicação eficaz de programas que possam fomentar a produção e a disseminação das tecnologias populares e a socialização desse conhecimento representado pelas sementes crioulas.

Silva, Almeida e Kudlavicz (2012, p. 70) aferem a respeito dos assentamentos rurais no município de Cáceres, como segue:

Segundo o INCRA/MT até o ano de 2011, foram implantados e regularizados 21 projetos de assentamentos no município, nos quais estão assentadas aproximadamente 2.000 famílias, em uma área total de 97.676,32 hectares. Cabe ressaltar que estes assentamentos foram implantados pelo Governo Federal, via INCRA, e são coordenados pelos vários movimentos de luta pela terra no município, sendo eles MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais [...] (Silva, Almeida e Kudlavicz, 2012, p. 70).

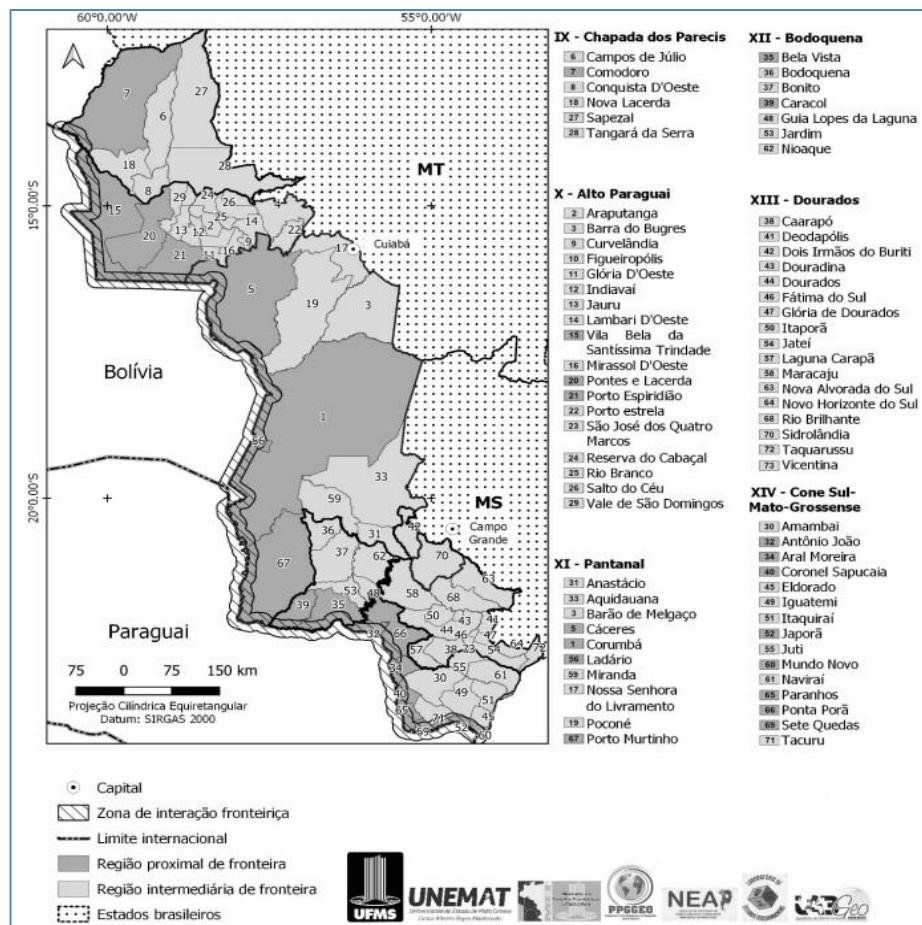
A região sudoeste mato-grossense é composta por 22 municípios, estando situada entre as coordenadas 12° 00' e 17° 30' Sul e 57° 00' e 60° 40' Oeste, e formada por municípios históricos, que datam do período imperial, como é o caso de Vila Bela da Santíssima Trindade (primeira capital do estado de Mato Grosso) e Cáceres, cujas fundações datam, respectivamente, de 1752 e 1778, e de municípios jovens, como Sapezal e Nova Lacerda, criados em 1994 e em 1995, respectivamente, tendo suas origens ligadas ao processo de expansão da fronteira agrícola do país (Souza; Silva e Neves, 2024).

Ainda, em municípios como Poconé, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, há um considerável número de assentamentos da reforma agrária em diferentes condições de evolução. É nestes locais que deduz-se estejam as últimas reservas de germoplasma representadas pelas sementes crioulas e suas inúmeras variedades.

Como destaca o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil (PDIF), a área supracitada pode ser enquadrada e entendida como Região Fronteiriça Proximal, assim caracterizada “[...] dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho” (Costa, 2024, p. 16).

Visa-se, portanto, contribuir para a realização de pesquisas vinculadas ao PPGGeo Unemat e sua inserção internacional, fortalecendo, assim, as relações entre Brasil e Bolívia e a pesquisa nessa área territorial tão diversa do ponto de vista ambiental, economicamente carente, mas, ao mesmo tempo, pujante. A Figura 1 apresenta a área de estudo e amplia a compreensão da faixa de fronteira Brasil-Bolívia no estado de Mato Grosso.

Figura 1. Municipalidades da área de estudo no contexto da zona de interação fronteiriça dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul



Fonte: PDIF, 2024.

Destaca-se a presença dos municípios lindeiros de Cáceres (5), Poconé (19), Porto Esperidião (21) e ainda aqueles inseridos na faixa de fronteira: Pontes e Lacerda (20), Vila Bela da Santíssima Trindade (15) e Comodoro (7). Adota-se esta divisão por nela terem sido observadas as dinâmicas e os fluxos territoriais para um e outro lado do limite internacional, devendo estas práticas cotidianas serem consideradas com um propósito de desenvolvimento regional.

A área de estudo mencionada, no estado de Mato Grosso, é estratégica, uma vez que está localizada na região fronteira e possui fluída relação cultural e econômica, compartilhando mutuamente o bioma Pantanal. Salienta-se que esta região possui intensos vínculos que superam o aspecto econômico, pois há um processo de trocas que ocorrem cotidianamente, em um laço de complementaridades e benefícios para ambos os países.

Referencial teórico

Estudar a região de fronteira Brasil-Bolívia é visitar o processo de colonização

e resistência, requerendo um conhecimento territorial, considerando o passado dos povos indígenas, que mantinham certa coesão, até a chegada dos colonizadores/usurpadores. Com a evolução deste processo e a subjugação de diferentes grupos, houve a tentativa de invisibilizá-los, como ocorreu com os povos africanos escravizados e trazidos à força para o Brasil. É notória a presença de remanescentes de comunidades quilombolas em municípios como Cáceres, Poconé, Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade, e Pontes e Lacerda, centros de resiliência a um processo espoliador de bens materiais e culturais, ou ainda em Comodoro, onde há o avanço do agronegócio sobre as áreas outrora destinadas à agricultura familiar.

Mas, de todas essas lutas, permanece algo, ou seja, o desejo de emancipação das amarras coloniais, especialmente aquelas que colocam os (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, sitiantes e outros) como a antípoda ao processo de espólio dos recursos naturais. Percebe-se a manutenção das sementes crioulas como uma chama acesa que teima em resplandecer frente às adversidades. Adversidades geradas por um agronegócio que massifica, corporifica e aponta as mazelas de um sistema econômico em escala que não respeita as particularidades locais, bem ao contrário, as coloca em plano secundário.

É necessário dar-se conta de um campesinato que, na área de estudo, ‘teima’ em resistir em uma região marcada pelo domínio arbitrário do poder concentrado em mãos de oligarquias locais e regionais. É neste contexto que o agricultor familiar, compreendido como aquela categoria que melhor absorva as concepções de campesinato na atualidade, insere-se. Segundo Wanderley (1996), o campesinato possui uma cultura própria, como as regras de parentesco, de herança, das formas de vida local, entre outros. Para a autora:

O campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva voltados para as necessidades da família quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros.

Wanderley (2014, p. 2) complementa, dizendo que: “A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura”. Oliveira (2001) destaca que os camponeses no Brasil lutam em duas frentes:

[...] uma para conseguirem a propriedade da terra, e a outra frente para permanecerem nela como produtores de alimentos. A luta pela terra dos camponeses no país: [...] é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no

campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, sem terra, que lutam para conseguir o acesso à terra (Oliveira, 2001, p. 189).

Para Wanderley (2009), a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma forma social da agricultura familiar baseada na relação entre propriedade, trabalho e família. Em nosso entendimento, o conceito de agricultura familiar e sua capilaridade é aquele que melhor dá conta desse setor, ao oferecer as ferramentas necessárias para entender a resiliência no campo brasileiro.

Wanderley (2004) menciona que:

[...] o conceito de agricultor familiar disseminou-se no Brasil, principalmente com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa foi criado em 1996, por meio do Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (Wanderley, 2004, p. 43).

De acordo com Wanderley (2004, p. 43-44): “Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento”. Supõe-se, portanto, que as políticas públicas devem constituir-se como âncoras à formação desse segmento, sem deixar de entrever a diversidade contemplada na moderna definição de agricultor familiar (sitiantes, ribeirinhos, quilombolas, assentados e outros).

Segundo Duval, Ferrante e Bergamasco (2015):

Afirmam que a noção de campesinato foi enfraquecida com o surgimento da agricultura familiar. Mas a condição camponesa permanece presente no modo de vida de diversas categorias sociais no meio rural e está presente tanto por parte dos autores que usam a terminologia camponês como os que usam agricultura familiar (Duval, Ferrante e Bergamasco, 2015, p. 72).

Os autores apontam subsídios à discussão ao evidenciarem as características elementares daquilo que é compreendido como universo camponês:

[...] a persistência do campesinato na contemporaneidade está associada ao fato de existirem, atualmente, grupos sociais que vivem no meio rural com características que os aproximam a uma condição camponesa, expressa em modos de vida, reprodução social e cultural, sistemas agropecuários e outras formas de inserção produtiva singulares, situação que reforça as relações entre campo e cidade. (Duval; Ferrante; Bergamasco, 2015, p. 76).

As ideias de Marx, expostas por Almeida (2007), sobre a utopia da modernidade, na qual ocorreria a separação entre natureza e sociedade, campo e cidade, revelaram-se inadequadas, uma vez que não previu a adaptabilidade do capital. Complementarmente, Almeida (2007, p.167) enfatiza que: “nessa utopia, não haveria lugar para camponeses, porque todos seriam cidadãos urbanos por excelência”. Isto em si revelou-se inexato, pois,

embora haja uma diminuição sensível das populações rurais, há uma série de atividades modernas e inovadoras que perpassam o tecido rural e suas particularidades.

A expansão do capitalismo colaborou para a ampliação das atividades familiares, mudando o modo de produção e sua vida social. Contudo, a agricultura familiar carrega consigo elementos da tradição camponesa, seja em sua racionalidade, seja em vínculos intra e extrafamiliares. Conforme Wanderley (2004), o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, resultante da própria atuação do Estado.

O termo agricultura familiar é caracterizado por Neves (2002, p. 137) “como uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”.

Seyferth (2011) aborda a expressão agricultura familiar no Brasil e subsidia a discussão, apontando que

[...] põe em evidência o Estado e a política de reconhecimento de direitos territoriais, bandeira de luta dos movimentos pela reforma agrária, pauta das mais antigas e nunca implementada na proporção desejada pelos atores sociais, e pela legitimação da posse da terra por grupos etnicamente definidos. O agricultor familiar (que geralmente tem ou traz inserções identitárias na vida cotidiana) entra dessa forma na política, reconhecido pelo Estado (Seyferth, 2011, p. 400-401).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por exemplo, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considerando o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo a requisitos preestabelecidos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

No caso dos produtores de sementes crioulas, vê-se a racionalidade camponesa presente, marcada na forma de resistência aos processos de domínio das grandes empresas globalizadas. São realidades pontuadas pelo desejo de autonomia e possibilidades de reprodução social, perpassando pelo que a sociologia rural denomina como campesinato, ou suas formas de evolução ao que se convencionou compreender, por força de lei, como agricultura familiar. Esses agricultores/assentados, que constituem o objeto central da pesquisa, guardam importante material genético. Na verdade, são ‘guardiões’ das sementes crioulas e garantidores de um desenvolvimento baseado nas premissas de

respeito ao ambiente natural e às particularidades locais.

Segundo Orlandini (2017), ao trazer a discussão sobre as sementes crioulas, aporta importante contribuição: “as sementes tradicionais são selecionadas por décadas, passadas de geração a geração, preservadas por famílias de agricultores guardiões ou bancos de sementes que existem no Brasil”. Amorim et al. (2017, p. 72) corroboram a discussão e a consolidam ao dizerem que: “As sementes crioulas são aquelas que não sofreram mudanças genéticas, incluindo a transgenia, e recebem este nome porque historicamente foram manejadas por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais”.

Ao colaborar com o tema, Arboleda (2016, p. 86), com base em Santilli (2009), destaca que “o manejo dos recursos, no caso das sementes, contribui para a agrobiodiversidade, que, devido às práticas de armazenamento, pode ser conservada nos ambientes naturais (*in situ*) e nas propriedades rurais pelos agricultores (*on farm*)”. Quando se tem em conta a legislação pertinente no Brasil, reporta-se à Lei nº 10.711/03, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, sendo importante marco legal na definição e regulação da temática. Em seu Art. 2º, inciso XVI, destaca-se:

[...] que as cultivares locais, tradicionais ou crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), considerados também os descritores socioculturais e ambientais, e não se caracterizam como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais (Brasil, 2003).

Paulino e Gomes (2015, p. 521) mencionam que a referida lei permitiu: “[...] aos agricultores produzirem, trocarem ou venderem sementes e mudas entre si, sem precisarem aderir ao Registro Nacional de Sementes (RenaseM) e ao Registro Nacional de Cultivares (RNC), responsáveis pela fiscalização destas trocas mercantis de sementes e mudas”. Isto facilitou sobremaneira a difícil questão burocrática, um dos grandes entraves ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das sementes crioulas, que sabidamente baseia-se basicamente na troca entre guardiões e comunidades rurais. Na maioria dos casos, comunidades isoladas dos grandes centros urbanos e com difícil acesso e infraestruturas mínimas para a atenção aos ditames legais e burocráticos.

Ao se buscar a origem e a emergência do tema, é necessário recorrer aos estados do Sul do Brasil, notadamente os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Menciona-se Grigolo (2016, p. 145-146), fundamentado em Vogt e Canci (2007), ao dizer

que “Em 1996, no município de Anchieta Santa Catarina, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Anchieta (Sintraf/Anchieta) começou, com a prefeitura e ONG’s, um trabalho de resgate e conservação de variedades locais [...]”. Conferiu-se destaque para o milho, em razão de ser muito utilizado pelos agricultores para a criação de animais, sendo, portanto, central para as famílias agricultoras. A estratégia visava diminuir custos e assegurar a segurança alimentar através do uso da agrobiodiversidade. Mas é necessário destacar que, nesses dois estados, a variedade de sementes crioulas é enorme, como no município de Canguçu, onde produtores conservam, reproduzem e guardam mais de dez variedades de feijão, por exemplo, ou abóbora, arroz e outras.

Aquini (2015) destaca os guardiões das sementes crioulas, em especial no estado gaúcho:

[...] há no estado, guardiões de sementes descendentes de escravos remanescentes de quilombos, indígenas e descendentes de outras etnias entre as quais portugueses, pomeranos, alemães e italianos. [...] em 2008, agricultores da região Centro Serra criaram a Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, com o objetivo de preservar e transmitir os saberes tradicionais locais; buscar conhecimentos sobre práticas agroecológicas e desenvolver o cultivo de milho crioulo, diminuindo a dependência da agricultura em relação aos pacotes tecnológicos das empresas transnacionais do setor (Aquini, 2015, p. 15-16).

Não se pode negligenciar a importância da Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares, realizada no município de Canguçu, e que, em 2023, chegou à sua 11ª edição. Ainda, no estado do Rio Grande do Sul, outros municípios, como Ibarama e Seberi, realizam suas feiras, visando divulgar as tecnologias populares, mas, sobretudo, a troca de experiências e a autonomia camponesa. Pontualmente, nota-se, no estado do Mato Grosso, a ausência de dados precisos e estudos que apontem quem são e onde estão os guardiões das sementes crioulas. O estudo requer perícia e tempo para ser desenvolvido, uma vez que a área delimitada apresenta dificuldade de acesso, em especial na época das chuvas (dezembro a março), basicamente propensas a alagamentos e de difícil trânsito.

Resultados e discussões

A trajetória das sementes crioulas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, em Mato Grosso, revela um processo crescente de resistência e organização das comunidades rurais diante das pressões do agronegócio e da perda de diversidade genética. Desde 2003, movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em parceria com organizações locais e ONGs, realizam anualmente a Festa da Troca de Sementes Crioulas

em comunidades da região sudoeste do estado. Destacam Cabral, Burema e Caetano (2020) referindo-se às trocas de sementes: “Esses eventos itinerantes, como os realizados em Nossa Senhora do Livramento, têm promovido o intercâmbio de variedades tradicionais, fortalecendo a identidade cultural dos guardiões e possibilitado o resgate de cultivares locais que estavam em risco de extinção”, como feijões rosinha, manteiguinha e milhos como o Caiano e o Palha Roxa.

Além das ações comunitárias, a partir de 2020 destacam-se iniciativas estruturadas de redes agroecológicas, como o (Grupo de Intercâmbio em Agroecologia) GIAS existente desde 1999, que promoveu, em parceria com a FASE, a distribuição de mais de 2,5 toneladas de sementes e mudas tradicionais para 40 comunidades (GIAS, 2025). As sementes – de arroz, feijão, milho, mandioca, entre outras – foram adquiridas diretamente de guardiões e acompanhadas de um protocolo de uso e registro em banco de dados (MST, 2021). Isso indica uma institucionalização parcial do intercâmbio de sementes, unindo saberes tradicionais a ferramentas de gestão e monitoramento.

Os desafios, porém, são significativos, a exemplo de comunidades isoladas como Santana, em Cáceres, verificou-se erosão genética e ausência de apoio institucional, com substituição de variedades crioulas por híbridos comerciais. A proximidade de monocultivos de soja e milho transgênico também acarreta riscos de contaminação das sementes nativas, como demonstrado por testes da CPT. Além disso, eventos climáticos extremos, como as secas e queimadas de 2020, ameaçaram os estoques e a continuidade da prática agrícola tradicional.

Em resposta, campanhas de doação emergencial de sementes foram organizadas, como a da FASE em 2020-2021, que entregou uma tonelada de sementes crioulas a comunidades atingidas. Essas ações reforçam o papel das redes sociais e da solidariedade agroecológica na superação de crises, bem como sua capacidade de promover adaptação às mudanças climáticas a partir da diversidade genética tradicional.

Apesar da existência de iniciativas relevantes voltadas à conservação das sementes crioulas em alguns municípios da faixa de fronteira mato-grossense, observa-se uma preocupante lacuna em diversas localidades, marcada pela ausência de políticas públicas estruturantes, suporte técnico contínuo e articulação comunitária eficaz. Municípios como Nova Lacerda, Porto Estrela, Porto Esperidião e Araputanga, por exemplo, ainda carecem de ações sistemáticas de resgate e troca de sementes, bem como da presença de entidades que promovam formação agroecológica ou valorização dos saberes tradicionais. Essa

ausência se reflete na erosão genética progressiva de variedades locais, na dependência crescente de sementes comerciais e na invisibilidade dos guardiões e suas práticas agrícolas.

A escassez de infraestrutura de assistência técnica pública, como postos da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), e a pouca inserção de universidades e centros de pesquisa nesses territórios acentuam esse quadro. Tal cenário evidencia que, enquanto alguns municípios têm avançado na institucionalização de políticas de agro biodiversidade, outros permanecem à margem dos processos de valorização das sementes crioulas, demandando ações específicas de mapeamento, fortalecimento das redes locais e democratização do acesso às políticas de apoio à agricultura tradicional.

Por fim, a região apresenta processos de perda e iniciativas de resistência quando se refere à salvaguarda das sementes crioulas. Destaca-se que onde há organização comunitária e suporte institucional, existe fortalecimento das práticas tradicionais, mas onde predomina o isolamento e ausência de políticas, predomina a substituição de sementes. A continuidade das sementes crioulas depende, portanto, do fortalecimento das redes de troca, do reconhecimento dos guardiões e da integração entre sociedade civil, universidades e poder público.

Considerações finais

A análise da trajetória das sementes crioulas na faixa de fronteira Brasil–Bolívia, em Mato Grosso, revela que essas práticas agrícolas tradicionais desempenham papel essencial na resistência camponesa, na soberania alimentar e na valorização dos saberes locais. Iniciativas como festas comunitárias, redes de guardiões e políticas públicas pontuais, a exemplo do projeto de lei municipal de Cáceres, demonstram o potencial de articulação entre sociedade civil, poder público e academia.

Persistem desafios significativos, como a erosão genética em comunidades isoladas, a ausência de políticas estruturantes em muitos municípios e a pressão constante do agronegócio. Fortalecer as redes locais, ampliar o reconhecimento institucional e democratizar o acesso a políticas de apoio são passos fundamentais para garantir a preservação das sementes crioulas e a continuidade de modos de vida que sustentam a diversidade sociocultural e ambiental na fronteira oeste mato-grossense. Afinal, conforme

aprendemos nas feiras de troca, “*sementes no chão, fartura de pão!*” (CPT, 2020/2023), ou seja, cultivar e partilhar as sementes da biodiversidade é semear abundância, cultura e vida para as presentes e futuras gerações na fronteira oeste de Mato Grosso.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.

ALVES MAZZOTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMORIM, L. O. et al. O movimento dos pequenos agricultores e a luta em defesa das sementes crioulas no Alto Sertão Sergipano, Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 34, n. 1, p. 71-90, 2017.

AQUINI, D. M. **Guardiões de sementes do sul do RS e a construção de um sistema intersocial**. 2015. 120f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 08 de setembro de 2024.

ARBOLEDA, B. H. L. Práticas de armazenamento de sementes do Povo Ticuna na tríplice fronteira amazônica (Brasil- Colômbia- Peru). **Espaço Ameríndio**, v. 10, n. 2, p. 66-95, jul/dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm >. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível

em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL (SUDECO). **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil (PDIF)**. COSTA, E. A. (Org.). Corumbá: FAPEC, 2024.

CABRAL, C. A.; BUREMA, L. C.; CAETANO, E. Saberes, Produção Associada e bem viver: A Festa de Troca de Sementes Crioulas em comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana - MT. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p.

e7672, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/7672>. Acesso em: 22 abr. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. 12ª Festa da Troca de Sementes Crioulas acontece neste sábado, em Jangada (MT). **CPT Nacional**, Goiânia, 17 set. 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB Oeste 2; CPT Mato Grosso. CPT e parceiros realizam a V Festa da Semente Crioula em Livramento. **Notícia CNBB Regional Oeste 2**, out. 2016.

DESLAURIERS, J. P; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

DUVAL, H. C; FERRANTE, V. L. S. B; BERGAMASCO, S.M. P. P. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes**, v. 35, n. 1, p. 62-78, jan/jun. 2015.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Doação de sementes**: FASE doa uma tonelada de sementes para famílias atingidas pela seca e queimadas no Mato Grosso. *FASE Mato Grosso*, Cuiabá, dez. 2020. Disponível em: <https://fase.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GIAS.GRUPO DE INTERCÂMBIO DE AGROECOLOGIA. Disponível em:<
<https://agroecologiaemrede.org.br/rede/gias-grupo-de-intercambio-de-agroecologia/>.
Acesso em: 25/04/2025.

GRÍGOLO, S. C. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura**: o caso das festas de sementes crioulas no sul do Brasil. 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecología**: procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba: Litocat, 2002.

GRÍGOLO, S. C. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura**: o caso das festas de sementes crioulas no sul do Brasil. 2016. 294 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2016.

GUIMARAES, A. J. R. et al. Modelos de inovação: Análise bibliométrica da produção científica”. **Brazilian Journal of Information Science research trends**. v. 15: e02106, 2021.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas; amostragem e técnicas de pesquisa; Elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rede de sementes tradicionais entrega mais de 2 toneladas de sementes em 40 comunidades de MT. **MST Nacional**, São Paulo, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://www.mst.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A; MOTA, D.M; SILVA, T. E.M (Orgs.). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002, p. 133-159.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185 206, 2001.

ORLANDINI, T. T. A importância das sementes crioulas na agricultura familiar. **Portal: Região dos Vales**, 2017. Disponível em: <https://regiaodosvales.com.br/2017/05/31/a-importancia-das-sementes-crioulas-na-agricultura-familiar-por-tatiane-turatti-orlandini/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PAULINO, J. S; GOMES, R. A. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n.3, p. 517-528, jul/set. 2015.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana** (UFRJ), v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

SILVA, T. P.; ALMEIDA, R. A; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, v. 8– n. 15, p. 62-82, 2012.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E; SILVA, D. T (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2009, p. 31-42. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>. Acesso em: 09

jan. 2024.

SOUZA, D. C; SILVA, J. S. V; NEVES, S. M. A. S. Dinâmica da agropecuária na região de planejamento Sudoeste de Mato Grosso no período de 1985 a 2018. **Revista Equador** (UFPI), v. 12, n. 3, p. 322-341, 2023.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004. Disponível em: < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Número suppl.1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo Rural como Espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Encontro anual da ANPOCS, 20., 1996, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG: ANPOCS, 1996. p. 1-18. Disponível na biblioteca digital URLib: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2025.